



**MPV 1212
00101**

CD/24134.13518-00

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal **DANILO FORTE** – UNIÃO/CE

EMENDA ADITIVA Nº ____ À MEDIDA PROVISÓRIA 1.212, DE 2024

Acrescente-se ao art. 1º da Medida Provisória 1.212, de 2024, o § 1º-X, com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.26.....

.....

§1º-X. Ficam convalidados todos os atos da administração pública federal de aplicação dos percentuais de redução sobre as tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição previstos nos §§ 1º, 1º-A e 1º-B, independentemente da potência injetada pelos complexos de parques dos quais os empreendimentos beneficiados fazem parte.

.....”

(NR)

JUSTIFICAÇÃO

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou o Acórdão nº 2353/2023 em que são questionadas as condições para a concessão de desconto nas tarifas TUST e TUSD de que trata o art. 26, da Lei 9.427, de 1996, em função da potência injetada pelos complexos de geração.

Contudo, nota-se que os referidos descontos vêm sendo aplicados reiteradamente ao longo de mais de duas décadas, sem condicionar uma potência mínima aos complexos.

Em qualquer hipótese, a revisão dos atos de outorga decorrente de mudanças de interpretação acarretará severos impactos aos empreendimentos em instalação e em operação, bem como alcançará os futuros investimentos a serem feitos no país. Não se pode deixar que uma decisão como essa promova a insegurança jurídica, não só no setor elétrico, mas que atingirá todos os setores da economia nacional. Dessa forma, é necessária uma ação do Congresso Nacional no sentido de não permitir que uma nova interpretação da norma possa atingir e mudar o passado, prejudicando toda a economia nacional, atingindo de morte os direitos adquiridos dos empreendedores e dos



* C D 2 4 1 3 4 1 3 5 1 8 0 0 *



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal **DANILO FORTE** – UNIÃO/CE

consumidores. A confiança na estabilidade jurídica é essencial para atrair o capital que impulsiona o desenvolvimento nacional.

Diante do exposto, entende-se oportuna a manifestação expressa e do poder legislativo no sentido de garantir a aplicação da referida norma pela Administração Pública Federal, especialmente o MME e a ANEEL, e, com isso, garantir a estabilidade do ordenamento jurídico aplicável no país.

Comissão Mista, em 16 de abril de 2024.

Deputado Federal Danilo Forte
UNIÃO/CE

